

MESA REDONDA
DO PROVIDOR DE JUSTIÇA
COM OS DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS E OUTRAS ENTIDADES
INTERVENÇÃO DA
PROVEDORA DE JUSTIÇA EM INTERINA
DRA, FLORBELA ROCHA ARAÚJO

EXCELÊNCIA, SENHOR DR. JOEL LEONARDO, VENERANDO JUIZ CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPREMO;
EXCELÊNCIA, SRA. DRA. EMÍLIA CARLOTA DIAS DOS SANTOS, 1ª VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL EM REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
EXCELÊNCIA SRA. DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO SANGO, VENERANDA JUIZA CONSELHEIRA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, EM REPRESENTAÇÃO DO VENERANDO JUIZ CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL;
EXCELÊNCIA DR.FRANCISCO MANUEL MONTEIRO DE QUEIROZ, MINISTRO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS, EM REPRESENTAÇÃO DO CHEFE DA CASA CIVIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA;
EXCELÊNCIA SENHORA VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS, DRA DOMINGAS FERNANDES;
EXCELÊNCIA SRA. DRA. LUISA DAMIÃO, VICE-PRESIDENTE DO M.P.L.A E DEPUTADA;
EXCELÊNCIA SENHORA DRA. JOANA LINA RAMOS BAPTISTA CÂNDIDO GOVERNADORA DA PROVINCIA DE LUANDA;
EXCELÊNCIA DR. PAULO TJIPIICA, CONSULTOR DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E 1º PROVIDOR DE JUSTIÇA;
EXCELÊNCIA SR. VICE-PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA DR. MOTA LIZ EM REPRESENTAÇÃO DO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA;
EXCELÊNCIAS SENHORES MINISTROS;
EXMOS SRS. MAGISTRADOS JUDICIAIS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E DO MINISTÉRIO PÚBLICO;
EXCELÊNCIAS SENHORES DEPUTADOS;
EXCELÊNCIA SENHORES SECRETÁRIOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA;
ILUSTRES MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL E DO MINISTÉRIO PÚBLICO;
SUA REVERENDÍSSIMA ARCEBISPO DA ARQUIDIOCESSE DA PROVINCIA DE LUANDA, DOM FILOMENO VIEIRA DIAS
MUI DIGNO REPRESENTANTE DO PNUD EM ANGOLA DR. EDUARDO STOCK;
ESTIMADOS REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E ASSOCIAÇÕES, COM DESTAQUE PARA A PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS MULHERES DE CARREIRA JURÍDICA DRA. OSVALDA JOANA;
MAGNÍFICOS REITORES, DECANOS E PROFESSORES ;
ILUSTRES ADVOGADOS;
CAROS FUNCIONÁRIOS DA PROVIDORIA DE JUSTIÇA;
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES.

Permitam-me desejar a Vossas Excelências, em representação de Sua Excelência o Provedor de Justiça, as boas-vindas a esta sessão, manifestar a minha satisfação e agradecimentos por terem aceite o nosso convite, cuja presença nos honra, enquanto instituição Provedoria de Justiça.

O Provedor de Justiça é, nos termos da Constituição e da lei, uma

entidade pública e independente que recebe e aprecia as queixas dos cidadãos por acções ou omissões dos poderes públicos, sem poder decisório.

O que significa que a eficácia da actividade do Provedor de Justiça depende, em grande medida, senão em absoluto, da acção dos poderes públicos a quem se dirigem as suas recomendações de prevenção e reparação das injustiças invocadas pelos cidadãos.

No rol das atribuições e competências do Provedor de Justiça, previstas no artigo 18.º da Lei Orgânica do Estatuto do Provedor de Justiça, ressaltam, entre outras, aquelas que determinam o dever de “promover, em colaboração com os órgãos e serviços competentes, as soluções mais adequadas à tutela dos interesses legítimos dos cidadãos e ao aperfeiçoamento da acção administrativa” e de alertar o Executivo para situações de violação dos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

Da experiência permanente com as queixas dos cidadãos sobre matérias ou assuntos diversificados, e das constatações do Provedor de Justiça, decidimos preparar e realizar uma mesa redonda, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, que, hoje, se torna um facto.

O presente acto teve como antecâmara a realização de encontros bilaterais com alguns Titulares dos departamentos ministeriais, nomeadamente; Suas Excelências Ministros da Cultura, Turismo e Ambiente; da Saúde; da Educação; do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação; da Acção social, Família e Promoção da Mulher; dos Transportes; da Juventude e Desportos; da Energia e Águas, das Obras Públicas e Ordenamento do Território e a Governadora da Província de Luanda para, numa abordagem holística do problema, através de um diálogo franco e aberto, por interposta solução tecnológica ou de forma presencial, apresentar as principais preocupações do Provedor de Justiça sobre as matérias ligadas aos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, na perspectiva dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), 2018-2022.

São várias as preocupações e as queixas apresentadas pelos cidadãos, como Vossas Excelências compreenderão, das quais algumas já partilhadas durante os encontros de preparação com os titulares dos respectivos Departamentos Ministeriais de quem recebemos esclarecimentos e contributos valiosos.

Permitam-me, Excelências, caros convidados apontar, de um modo geral, algumas dessas queixas e preocupações.

Preocupa o Provedor de Justiça o fenómeno sobre a violência doméstica, sobretudo violência contra a criança, o idoso e a pessoa com deficiência; o abandono de menores e a fuga à paternidade, maternidade; a subnutrição das crianças e os espaços de acolhimento para menores sem amparo e sem abrigo; a situação de crianças pedintes nas ruas das nossas cidades e centralidades, a morosidade no tratamento das pensões de sobrevivência dos idosos e das viúvas, assim como das pensões de alimentos de crianças.

O Provedor de Justiça está preocupado com a situação do abandono escolar, sobretudo nas zonas rurais, devido à falta de condições; as crianças fora do sistema de ensino; a falta de condições de biossegurança em algumas escolas públicas; a qualidade do ensino; a burocracia no processo de reconhecimento dos diplomas e certificados universitários; a falta de infraestruturas adaptadas para estudantes com deficiência, as reclamações constantes nos concursos públicos de ingresso à docência, a falta de fiscalização nas escolas em vários níveis e nas universidades.

Também o problema da ocupação dos tempos livres, sobretudo dos jovens e adolescentes; o consumo excessivo de bebidas alcoólicas e de drogas no seio dos jovens; a escassez de espaços de lazer para a prática desportiva, a criminalidade juvenil e a falta de sentido do futuro por parte dos jovens, devido à dificuldade de acesso ao primeiro emprego e o desemprego.

O Provedor de Justiça recebe queixas sobre a insuficiente capacidade de resposta de alguns serviços de urgência nos centros de saúde da periferia e zonas rurais; o fenómeno da “gasosa” de baixa intensidade; a inobservância das medidas de biossegurança para a doença provocada pelo SARS-COV-2 (COVID-19), o tratamento inadequado a que são submetidas alguns cidadãos em alguns centros hospitalares; mas reconhece melhorias, com a inauguração de alguns hospitais pelo Titular do Poder Executivo, e Presidente da República Dr. João Manuel Gonçalves Lourenço, como um bloco no hospital Pediátrico de Luanda, o Centro de Hemodiálise e os hospitais de campanha para a COVID – 19.

Também recebe queixas sobre a distribuição de água potável às populações periurbanas e rurais; sobre os preços praticados para o consumo de água e energia; sobre a falta de leitura de contadores para se aferir o quanto deve, justamente, os preços praticados pelos agentes autorizados a efectuar contratos de fornecimento de energia eléctrica nos condomínios da cidade de Luanda (detentores dos postos de transformação – PT).

Recebe ainda reclamações sobre as questões relacionadas com a

segurança rodoviária, ferroviária e marítima; a insuficiência dos transportes públicos na cidade de Luanda que não permitem observar o distanciamento em época de COVID-19.

Embora tenha verificado um esforço do Executivo em aumentar os transportes públicos.

As queixas sobre as questões fundiárias são as que mais chegam ao Provedor de Justiça, inerentes à protecção dos direitos fundiários e o risco permanente de despejos, sem a observância dos pressupostos legais; a burocracia excessiva nos processos de cadastro, inscrição e legalização de prédios rústicos e urbanos, o que tem desembocado em conflitos; o fenómeno das demolições ligados à problemática de concessão de títulos juridicamente relevantes; as situações de realojamento e reassentamento de cidadãos; os processos de confisco de imóveis que, por falta de registo, não entraram na esfera jurídica do Estado.

Finalmente, as preocupações relativas à iluminação pública em algumas vias urbanas e nos bairros, o que tem propiciado o cometimento de crimes, violações, furtos e homicídios;

As questões inerentes, à problemática ambiental a nível nacional e local; os danos provocados em decorrência de derramamentos de petróleo ou poluições análogas, que fazem desaparecer o nosso marisco e peixe no mar; os problemas estruturais de natureza social; a situação dos resíduos sólidos urbanos, a questão da degradação dos solos e a situação do êxodo rural. O Provedor de Justiça recebe queixas inerentes às condições dos reclusos nos Estabelecimentos Penitenciários e Celas de Trânsitos, os excessos de actuação dos Agentes da Polícia, no que respeita ao uso desproporcional de meios coercivos e o problema da morosidade no tratamento dos processos laborais; civis e criminais, embora reconheça haver um empenho do Executivo na tomada de medidas para sancionar os infractores da polícia nacional e acabar com a violação dos direitos. Salientamos, com satisfação, os esclarecimentos prestados pelos ex-Presidentes dos Tribunais provinciais, actualmente de Comarca em relação à morosidade processual, sem, obviamente, entrarem no fundo da questão, devido ao carácter de independência dos Tribunais.

**Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores,**

Apresentadas as preocupações constadas, nos mais distintos sectores e segmentos da vida colectiva, e na sequência das abordagens iniciais, permitam-me partilhar, em nome do Provedor de Justiça, com os ilustres presentes, a urgente necessidade de se encetarem

medidas de resolução ou, ao menos, de mitigação do quadro actual, não apenas sobre os ombros do Presidente da República e Titular do Poder Executivo e dos seus órgãos auxiliares, mas também envolvendo todas as forças vivas da Nação, Entidades Religiosas, Associações de Direitos Humanos e outros órgãos, onde o Provedor de Justiça se inclui, pois a acção concertada vale mais, e está talhada para o sucesso, que os actos isolados ou de projecção individual. Temos consciência que a resolução desses problemas não podem ser resolvidos num curto espaço de tempo, mas num processo em que todos os intervenientes são chamados a comprometerem-se com a causa, reconhecendo a dinâmica e os esforços empreendidos por Sua Excelência, Presidente da República de Angola e Titular do Poder Executivo, Dr. João Manuel Gonçalves Lourenço, ao longo do seu mandato, num contexto da baixa do preço de petróleo e da pandemia da COVID-19, ter canalizado os recursos financeiros necessários para a prevenção e tratamento desta pandemia.

Aproveitamos a oportunidade para felicitar o Executivo pelas medidas tomadas atempadamente que permitiram diminuir o índice de mortalidade e aumentos de casos dessa pandemia em Angola.

Os resultados desta Mesa Redonda, seguramente, servirão de ponto de partida para um longo trilhar do caminho apontado para a mudança do cenário de maior respeito e de adequada, ponderação no exercício quotidiano da Administração Pública, e do Estado em geral, de prosseguir o interesse público, traduzido no trinómio «Segurança, Cultura e Bem-Estar Social».

No entanto, é fundamental compreenderem que as solicitações de esclarecimentos e recomendações, assim como as visitas de constatação do Provedor de Justiça sejam sempre encarados e enquadrados no estrito cumprimento do seu múnus constitucional e legal de ampla defesa dos direitos, das liberdades e das garantias dos cidadãos, mas que para tal o Executivo disponibilize os recursos financeiros e materiais necessários para o cumprimento desta nobre missão, porque o cidadão é a preocupação do Provedor de Justiça e que nem sempre consegue deslocar-se aos locais longínquos para ouvir as preocupações dos cidadãos, por falta de recursos financeiros, tendo em conta que só tem representações em cinco províncias, nomeadamente: Bengo, Cabinda, Huambo, Cunene e Cuanza-Sul, com um funcionamento aquém do desejável.

**Excelências,
Minhas Senhoras e Meus Senhores.
Caros convidados.**

Para terminar, entendo que o tema escolhido a ser abordado neste evento, "**Engajamento dos órgãos da Administração Pública Central e Local do**

Estado com o Provedor de Justiça e o dever de Cooperação", contribuirá para todos os participantes ou intervenientes engajarem-se nas suas tarefas do dia-dia, para a tão esperada, consolidação da cooperação institucional necessária para se garantir a defesa dos direitos, das liberdades e das garantias dos cidadãos e a plenitude do Estado Democrático de direito.

Os nossos agradecimentos reiterados ao Titular do Poder Executivo por permitir que os Titulares dos Departamentos Ministeriais das diversas áreas tivessem encontros bilaterais com o Provedor de Justiça, pelo Seu empenho no combate à violação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, com a aprovação da Estratégia dos direitos humanos em 2020 e a Sua Excelência Presidente da Assembleia Nacional que impulsionou a aprovação dos novos diplomas reitores da Provedoria de Justiça, aprovados em 2020, tendo em conta que os de 2006 já não se adaptavam à realidade.

Agradecimentos, também, ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Angola, pela parceria entre esta Organização e o Provedor de Justiça, que connosco co-organizou este evento, aos ilustres Moderador e Palestrante, respectivamente, o Professor Catedrático Doutor Serra Vandunem e o Professor Catedrático Doutor Carlos Feijó que se prontificaram a emprestarem o seu saber.

A todos os participantes, os nossos profundos agradecimentos, pela honra da sua presença.

Pela defesa dos direitos, das liberdades e das garantias dos cidadãos.

**O Cidadão é a nossa Preocupação, o Cidadão é a nossa Ocupação.
Mais Direitos, mais Cidadania. Mais Cidadania, mais Direito.**

Muito obrigado pela atenção dispensada.

Luanda, aos 19 de Abril de 2021.